



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

15 DE
MARÇO DE
2021



CONCURSOS NO PARÁ

Prova acaba adiada após série de decisões



JUDICIÁRIO - Palavra final do presidente do STF manteve a proibição da realização de concursos

Fux decidiu no sentido de evitar a aglomeração de candidatos no dia da prova

EDUARDO LAVIANO
DA REDAÇÃO

A prova do concurso da Polícia Militar do Pará, marcada para ontem (14), teve um final de semana de reviravoltas, por conta de sucessivas decisões judiciais. A suspensão foi anunciada na manhã de sexta-feira (12), após o juiz Luiz Otávio Oliveira Moreira atender pedido da Defensoria Pública do Estado do Pará e do Ministério Público. Na requisição, ambos os órgãos solicitaram a suspensão das etapas presenciais de todos os concursos públicos e processos seletivos simplificados aplicados em Belém e no Estado do Pará.

No mesmo dia, via Twitter, o governador Helder Barbalho (MDB) anunciou que a Procuradoria Geral do Estado iria recorrer da decisão, que interessava a 97.464 candidatos inscritos, segundo o governo.

Na noite de sexta-feira, o Tribunal de Justiça do Estado (TJE-PA) proferiu decisão

autorizando a realização da prova nos municípios de Altamira, Belém, Itaituba, Marabá, Redenção e Santarém.

No início da tarde de sábado (13), porém, uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, manteve a proibição de realização de todas as etapas de concursos públicos que exijam a presença física de candidatos, enquanto vigorar as fases vermelha ou preta do decreto estadual sobre a pandemia no Pará. O Pará está na fase vermelha desde o dia 1º de março, quando o primeiro toque de recolher foi anunciado pelo Governo do Estado, entre 22h e 5h.

“Com efeito, a concentração presencial de tantos candidatos em momento de agravamento da crise sanitária vivenciada pelo Brasil e também pelo Estado do Pará representaria grave risco de lesão à saúde pública”, destaca a decisão.

O estudante Joab de Souza, de 25 anos, saiu do Acre às 11h da manhã de quinta-feira (11) e chegou em Belém

Estudantes que vieram de outros Estados acompanharam as decisões judiciais quando estavam a caminho de Belém

na madrugada desta sexta-feira (12) para fazer a prova do concurso da Polícia Militar, que ocorreria ontem.

Após problemas na hospedagem que havia reservado com um amigo, ele precisou dormir no Aeroporto Internacional de Val-de-Cans e acordou com a notícia de que a Justiça havia aceitado o pedido de suspensão das etapas presenciais de todos os concursos públicos e processos seletivos simplificados aplicados no Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"Soubemos do concurso ano passado e estávamos nos preparando. Antecipamos tudo comprando as passagens. Até dia 10 ainda havia a indefinição se teríamos concurso ou não. Os locais de prova iriam sair às 22h da noite no horário lá do Acre e ainda não tinha saído. Ficamos aguardando a suspensão ou se haveria prova", conta ele.

Após a decepção que coroou as 15 horas de viagem, os amigos Joab e Rogério Nunes receberam a notícia de que a suspensão do concurso não era mais válida. A felicidade, porém, durou pouco.

"Foi um misto de tristeza, alegria e depois tristeza de novo. Acho que a palavra certa é insegurança, pois depois que a liminar inicial caiu, sabíamos que a suspensão poderia voltar. Foi o que aconteceu. Toda a situação foi de uma irresponsabilidade total", avalia o estudante.

Joab só embarcou no avião porque os locais de prova foram divulgados, o

que para ele era uma confirmação da realização do concurso. Ele estava se planejando para remarcar as passagens caso a prova fosse cancelada, pois estava acompanhando os debates sobre o tema nas redes sociais.

Com os locais de prova em mãos, ele e o amigo Rogério Nunes embarcaram rumo ao Aeroporto Internacional de Guarulhos por volta de 11h da quinta-feira (11). Eles desembarcaram na cidade paulista por volta das 18h, onde aguardaram até as 23h para fazer a conexão até Belém, onde ambos chegaram às 3h da manhã.

"A nossa tristeza é que eles tinham a possibilidade de ter adiado no dia 10, antes de divulgarem o local de prova. Estamos na expectativa do governador e da Procuradoria Geral do Estado recorrerem da decisão, já que foi tão em cima da hora", lamenta ele.

A passagem de volta de Joab está marcada para o dia 17 e ele ainda está fazendo os cálculos sobre como irá se manter na cidade, sen-

do que a prova foi cancelada. Cada um dos amigos informou que já tiveram prejuízo de pelo menos R\$ 1.200.

Natural de Rondônia, Daniel Barbosa também estima um prejuízo acima R\$ 2 mil. No caso do autônomo, a mãe de Daniel precisou adquirir um empréstimo para que o filho pudesse vir até o Pará, onde ficou na casa de amigos em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém.

Um olhar amoroso à própria história

Desembargadora Marta Inês Antunes Lima lança autobiografia com memórias da vida profissional e pessoal

Aline Rodrigues

cademovoca@diariodopara.com.br

A defesa de um réu fazendeiro, que aguardava o julgamento preso, usou de uma vil manobra e publicou, em um jornal da cidade, uma carta com ofensas graves contra a juíza do caso, a Dr^a Marta Inês Antunes Lima. A carta chegou ao então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Cacela Alves, que aconselhou a juíza a largar o cargo, pois não resistiria a tamanha infâmia. Esse e outros relatos da trajetória da magistrada estão na autobiografia "A Força de Um Ideal", onde Marta Inês conta suas histórias pessoais e experiências profissionais como desembargadora.

"O presidente deu-me para ler a carta, acusando-me de adultério que, se verdade fosse, só devia explicação ao meu marido. Mandeí cópia para Altamira e pedi à minha filha que procurasse o Rotary, o Lions, e desse ciência da tentativa de inviabilizar minha permanência na Comarca. Cheguei e encontrei o aeroporto cheio de senhoras, à frente minha filha adolescente, portando um buquê de rosas vermelha. Ela discursou: 'Venha

minha mãe, a senhora é uma grande mulher e eu tenho orgulho de ser sua filha'. Um portador levava centenas de jornais com a publicação para distribuir. Por conta da permanência desse preso no cárcere, sofri quatro atentados", conta a juíza.

O livro, escrito durante a pandemia e lançado de forma independente, mostra as lições de vida da agora desembargadora aposentada do TJPA, em busca pela realização profissional e pessoal.

"No desejo de narrar minha vida, minha paixão pelo Direito e deixar um exemplo para evidenciar que nenhum embaraço nos impede de realizar nossos sonhos. Sempre publiquei temas jurídicos. Selecionei alguns e acresci a narrativa dos fatos da minha vida", diz.

A obra narra o desejo da autora de ser juíza, um sonho nutrido desde menina, no desejo de seguir o exemplo de seu pai, o magistrado Mariano Antunes.

"Meu pai, Dr. Mariano Antunes, era magistrado, laureado em 1922 na Faculdade de

Direito em Recife, sendo um apaixonado culto do Direito e eu precisava falar dele para meus filhos e bisnetos.

Marta Inês começou a vida profissional como professora e só entrou na área do Direito depois de passar em um concurso público para escrivã criminal, no qual foi a



Marta Inês queria deixar registro para mostrar que "nenhum embaraço nos impede de realizar sonhos" FOTO: DIVULGAÇÃO

LEIA

"A Força de Um Ideal"

Onde encontrar: na banca de Livros Jurídicos, localizada no térreo do Fórum Cível de Belém, na Praça Felipe Patroni - Cidade Velha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br